

J. E. Carreira Alvim
Luciana Gontijo Carreira Alvim Cabral
Autores
Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro
Colaboradora

DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

À Luz do Novo CPC

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-8389-0

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Alvim, J. E. Carreira.

A475 **Direito processual previdenciário: à luz do novo CPC./**
J. E. Carreira Alvim, Luciana Gontijo Carreira Alvim Cabral,
colaboração de Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro./ Curi-
tiba: Juruá, 2018.
560p.

1. Direito processual. 2. Direito previdenciário. I. Cabral,
Luciana Gontijo Carreira Alvim. II. Ribeiro, Maria Helena
Carreira Alvim (colab.). III. Título.

CDD 344.032 (22.ed)
CDU 349.3

00136

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1	PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	19
1.1	Considerações prévias	19
1.2	Processo previdenciário	19
1.2.1	Configuração do processo previdenciário	20
1.2.2	Justificação administrativa	21
1.2.3	Justificação judicial	21
1.2.4	Normas processuais heterotópicas	22
1.3	Pressupostos processuais	26
1.4	Sujeitos do processo previdenciário	29
1.4.1	Juiz como integrante do juízo	30
1.4.1.1	Perfil do juiz previdenciário	31
1.4.2	Sujeitos parciais	32
1.4.3	Sujeitos secundários	32
1.5	Advogado e Ministério Público	32
1.6	Substituição processual	33
1.7	Concepção moderna de “parte”	34
1.8	Importância do conceito de “parte”	34
1.9	Princípios informativos das partes	35
1.10	Escopo do processo previdenciário	36
2	AÇÃO PREVIDENCIÁRIA	37
2.1	Considerações prévias	37
2.2	Ação previdenciária	37
2.2.1	Conceito moderno de ação	38
2.2.2	Ação <i>contra</i> o réu ou <i>em face</i> do réu?	39
2.3	Condições da ação previdenciária	40
2.3.1	Possibilidade jurídica do pedido: condição da ação ou mérito?	45
2.3.2	Problemática da ação: teoria abstratista <i>versus</i> teoria eclética	46
2.3.3	Teoria da asserção e seu desvio metodológico	48
2.3.4	Ação <i>existente</i> e ação <i>fundada</i>	50
2.3.5	Vícios vocabulares no exercício da ação	50
2.4	Condição <i>específica</i> da ação previdenciária: prévio indeferimento administrativo	51
2.4.1	Perplexidade exegetica sobre o prévio requerimento administrativo	55
2.4.1.1	Prévio requerimento administrativo no âmbito dos Tribunais Regionais Federais	56
2.4.1.2	Prévio requerimento administrativo no âmbito dos Juizados Especiais Federais	58
2.4.1.3	Prévio requerimento administrativo no âmbito do STJ	59
2.4.1.4	Prévio requerimento administrativo no âmbito do STF	60
2.4.1.5	Ainda a problemática do prévio requerimento administrativo na esfera previdenciária	62
2.5	Indeferimento presumido do benefício previdenciário	63

2.6	Efeito do ajuizamento de ação judicial sobre o recurso administrativo	64
2.7	Elementos da ação previdenciária.....	65
2.8	Classificação genérica das ações.....	66
2.9	Ações previdenciárias genéricas	67
2.10	Ações previdenciárias extravagantes	73
2.11	Ações de procedimento especial	76
2.12	Ações de custeio da Previdência Social	84
2.13	Outras ações previdenciárias.....	87
3	PROBLEMÁTICA DO PROCESSO COLETIVO PREVIDENCIÁRIO	91
3.1	Sistema processual como <i>macrocosmo</i>	91
3.1.1	Sistema processual periférico em especial	92
3.1.2	Socorro mútuo entre os sistemas processuais.....	93
3.2	Processo coletivo e sua problemática na esfera previdenciária	95
3.3	Ação coletiva previdenciária.....	96
3.3.1	Ação coletiva nos Juizados Especiais Federais.....	100
3.3.2	A ação civil pública previdenciária.....	101
3.4	Fundamento da ação coletiva previdenciária: o <i>interesse legítimo</i>	105
3.4.1	Distinção entre <i>direito subjetivo</i> e <i>interesse legítimo</i>	106
3.5	Mandado de segurança coletivo previdenciário.....	107
3.5.1	Legitimação do partido político no <i>mandado de segurança</i> coletivo previdenciário.....	108
3.5.2	Jurisprudência equivocada no <i>mandado de segurança</i> coletivo previdenciário.....	109
3.5.3	Legitimação de organização sindical, entidade de classe ou associação no <i>mandado de segurança</i> coletivo previdenciário	114
3.6	<i>Habeas data</i> coletivo previdenciário.....	120
3.7	Mandado de injunção coletivo previdenciário	122
4	LIDE PREVIDENCIÁRIA.....	125
4.1	Objeto do processo previdenciário	125
4.2	Lide como objeto do processo previdenciário	126
4.3	Lide previdenciária	129
4.4	Especificidades da lide previdenciária.....	130
5	PROCESSO DE CONHECIMENTO PREVIDENCIÁRIO.....	135
5.1	Processo e procedimento	135
5.2	Princípios processuais.....	136
5.2.1	Princípios fundamentais do processo previdenciário.....	140
5.3	Princípios procedimentais	142
5.4	Tipologia do processo.....	143
5.5	Espécies de procedimento	145
5.5.1	Procedimento comum previdenciário	145
5.5.2	Procedimentos especiais previdenciários.....	146
5.5.3	Procedimento sumaríssimo previdenciário.....	146
5.5.3.1	Oralidade no procedimento sumaríssimo.....	147
5.6	Pedido de manifestação do STJ: recurso especial sob disfarce	148
5.7	Ministério Público no processo previdenciário.....	148
5.7.1	Ministério Público, o idoso e a criança e o adolescente	150

6	COMPETÊNCIA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	153
6.1	Normas gerais de competência	153
6.1.1	Crítérios de determinação da competência no processo civil.....	154
6.2	Competência de jurisdição	155
6.3	Competência da Justiça Federal em matéria previdenciária	155
6.3.1	Competência dos Juizados Especiais Federais.....	156
6.3.2	Problemática sobre o valor da causa.....	156
6.4	Súmula 689 do STF: uma incógnita decifrada.....	157
6.5	Competência delegada da Justiça Estadual	160
6.6	Competência concorrente em matéria previdenciária	162
6.7	Competência para ação coletiva previdenciária.....	164
6.8	Competência para mandado de segurança previdenciário	164
7	PARTÍCIPES DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	167
7.1	Sujeitos do processo previdenciário	168
7.1.1	Sujeito imparcial do processo.....	168
7.1.2	Sujeitos parciais do processo	168
7.1.2.1	Autor ou demandante	168
7.1.2.2	Réu ou demandado	169
7.1.3	Sujeitos secundários do processo	169
7.1.4	Sujeitos <i>sui generis</i> do processo.....	169
7.2	Conceito moderno de “parte”.....	170
7.2.1	Importância do conceito de “parte”.....	172
7.2.2	Denominação das partes no processo	173
7.3	Princípios informativos das partes.....	173
7.4	Autonomia da vontade das partes no processo: o princípio dispositivo.....	174
7.4.1	Princípio dispositivo, sucumbência e teoria da causalidade.....	175
7.5	Pluralidade de partes: litisconsórcio	176
7.5.1	Litisconsórcio na previdência social	177
7.5.1.1	Previdência complementar e litisconsórcio.....	177
7.5.1.2	Litisconsórcio noutras ações previdenciárias.....	178
7.5.2	Classificação do litisconsórcio	179
7.5.3	Fundamentos do litisconsórcio	181
7.5.4	Eficácia da sentença no litisconsórcio	182
7.5.5	Despesas e honorários advocatícios no litisconsórcio	183
7.6	Despesas processuais e seu alcance.....	184
7.6.1	Abrangência das despesas processuais	185
7.6.2	Problemática da remuneração do assistente técnico	185
7.6.3	Honorários advocatícios e critérios de fixação.....	188
7.6.3.1	Honorários na reconvenção, no cumprimento da sentença e nos recursos.....	189
7.6.3.2	Fixação de honorários contra a Fazenda Pública.....	190
7.6.3.3	Ainda os honorários advocatícios recursais.....	193
7.6.3.4	Natureza jurídica dos honorários advocatícios e sua titularidade.....	194
7.6.3.5	Honorários advocatícios em causa própria	196
7.6.4	Sucumbência recíproca no processo	197
7.6.5	Custas e despesas processuais a cargo da Fazenda Pública	198
7.6.5.1	Isenção de custas na Justiça Federal e nos Juizados Especiais.....	200

7.6.5.2	Isenção de custas ao INSS na justiça do Distrito Federal	200
7.6.5.3	Não isenção do INSS na Justiça Estadual	201
7.6.5.4	Particularidades das custas na Justiça Federal	201
7.6.6	Gratuidade de justiça	202
7.6.6.1	Extensão da gratuidade de justiça	203
7.6.6.2	Sucumbência do beneficiário de justiça gratuita	208
7.6.6.3	Recurso na gratuidade de justiça	209
7.7	Representação processual das partes: o advogado	210
7.7.1	Requisitos da procuração “ <i>ad judicium</i> ”	212
7.7.2	Direitos processuais do advogado	214
7.7.3	Representação judicial da autarquia previdenciária	215
7.8	Intervenção de terceiros no processo previdenciário	216
7.8.1	Denúnciação da lide no processo previdenciário	217
7.8.1.1	Ação regressiva acidentária e denúnciação da lide pelo INSS	218
7.8.2	Chamamento do processo na esfera previdenciária	220
7.8.3	Assistência no processo previdenciário	222
7.8.4	Desconsideração da personalidade jurídica	224
7.8.5	<i>Amicus curiae</i> no processo previdenciário	226
7.9	Substituição processual	232
7.10	Juiz e auxiliares da justiça	233
7.11	Igualdade de tratamento das partes	234
7.12	Duração razoável do processo	235
7.13	Ato contrário à dignidade da justiça e atos protelatórios	235
7.14	Medidas possíveis para cumprimento da ordem judicial	235
7.15	Flexibilização procedimental	236
7.16	Comparecimento pessoal das partes em juízo	237
7.17	Responsabilidade civil do juiz	239
7.18	Lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico	240
7.18.1	Equidade no processo previdenciário	241
7.19	Impedimento e suspeição do juiz	242
7.19.1	Motivos de impedimento do juiz	242
7.19.2	Motivos de suspeição do juiz	244
7.20	Impedimento ou suspeição do membro do Ministério Público	244
7.21	Conciliadores e mediadores na esfera previdenciária	244
7.22	Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública	247
7.22.1	Ministério Público na demanda previdenciária	247
7.22.2	Advocacia Pública	249
7.22.3	Defensoria Pública	251
8	DINÂMICA DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	255
8.1	Dinâmica do processo previdenciário	255
8.1.1	Atos, fatos e negócios jurídicos processuais	256
8.1.2	Princípios informativos dos atos processuais	257
8.1.3	Tempo e prazo na prática de atos processuais	258
8.1.4	Prazo, revelia e preclusão	259
8.2	Forma dos atos processuais	260
8.3	Mudanças no procedimento previdenciário	263

8.3.1	Calendário procedimental	264
8.4	Atos processuais das partes	264
8.5	Pronunciamentos do juiz no processo	266
8.6	Tempo e lugar dos atos processuais	267
8.7	Prazos na prática de atos processuais	269
8.7.1	Determinação de prazo pelo juiz	269
8.7.2	Prazo dilatatório e comparecimento do intimado	270
8.7.3	Inexistência de preceito legal ou determinação judicial para a prática do ato processual	272
8.7.4	Ato praticado antes do termo inicial do prazo	272
8.8	Contagem do prazo em dias úteis	273
8.8.1	Obstáculo criado pela parte e suspensão do prazo	275
8.8.2	Forma de contagem do prazo processual	276
8.8.3	Contagem do prazo na visão do Supremo Tribunal Federal	278
8.9	Prazo para a prática de ato processual pelo juiz	280
8.10	Prazo para a prática de ato processual no litisconsórcio	281
8.11	Começo da contagem do prazo	282
8.12	Dia do começo do prazo para as partes	283
8.13	Citação das partes no processo previdenciário	288
8.13.1	Efeitos da citação válida	289
8.13.2	Formalidades da citação	291
8.13.3	Motivos impeditivos da citação	292
8.13.4	Modalidades de citação no processo previdenciário	292
8.14	Problemática da intimação no processo previdenciário	293
8.14.1	Modo como são feitas as intimações	296
8.15	Nulidade dos atos processuais	297
8.15.1	Nulidade das citações e intimações	298
8.15.2	Nulidade parcial do ato processual	299
8.15.3	Repetição ou retificação do ato processual	300
9	VALOR DA CAUSA PREVIDENCIÁRIA	303
9.1	Finalidade do valor da causa	303
9.2	Valor da causa previdenciária	304
9.2.1	Crterios de fixação do valor da causa previdenciária	304
9.2.2	Valor da causa com prestações vencidas e vincendas	308
9.2.3	Método prático de cálculo do valor da causa previdenciária	309
9.3	Correção (retificação) de ofício do valor da causa	310
9.4	Impugnação ao valor da causa	310
10	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	313
10.1	Propositura da ação previdenciária	313
10.2	Suspensão do processo previdenciário	314
10.2.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas	315
10.2.2	Ainda a suspensão do processo previdenciário	316
10.3	Realização de atos urgentes durante a suspensão do processo	318
10.4	Extinção do processo previdenciário	319
11	POSTULAÇÃO E CONTRADITÓRIO NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	321
11.1	Petição inicial: requisitos essenciais	321

11.1.1	Instrução da petição inicial	324
11.1.2	Emenda da petição inicial	325
11.1.3	Aditamento ou alteração do pedido e da causa de pedir	326
11.1.4	Indeferimento da petição inicial	327
11.1.5	Outros casos de indeferimento da petição inicial	328
11.2	Juízo de retratação e recurso	329
11.3	Improcedência liminar do pedido	329
11.4	Problemática da prescrição e da decadência	330
11.4.1	Prescrição de benefício previdenciário	333
11.5	Sentença de improcedência liminar e recurso	334
11.5.1	Juízo de retratação no recurso	335
11.6	Contestação e termo inicial para contestar	335
11.6.1	Natureza jurídica da contestação	337
11.6.2	Revelia e efeito da revelia no processo previdenciário	337
11.6.3	Efeitos material e processual da revelia	339
11.6.3.1	Cessação do efeito processual da revelia	340
11.7	Matéria alegável na contestação	341
11.8	Réplica no processo previdenciário	344
11.9	Alcance da litispendência e da coisa julgada	344
11.10	Novas alegações pelo réu após a contestação	345
11.11	Reconvenção no processo previdenciário	347
11.12	Resposta à reconvenção do INSS	349
12	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO ...	351
12.1	Extinção do processo previdenciário	351
12.2	Julgamento antecipado do mérito	352
12.2.1	Julgamento antecipado parcial do mérito	354
12.2.2	Obrigação líquida ou ilíquida no processo previdenciário	355
12.3	Recurso da decisão de julgamento antecipado do mérito	356
13	SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	357
13.1	Saneamento do processo previdenciário	357
13.2	Conteúdo do saneamento e organização do processo	357
13.3	Pedido de esclarecimento e de ajuste	359
13.4	Convenção das partes na delimitação de questões probandas	359
13.5	Audiência de cooperação das partes no processo	360
13.6	Produção de prova oral e apresentação do rol de testemunhas	360
13.7	Calendário para realização da prova pericial	361
13.8	Intervalo entre as audiências	362
14	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	363
14.1	Audiência de instrução e julgamento	363
14.2	Produção de prova oral	363
14.3	Adiamento da audiência de instrução e julgamento	365
14.3.1	Antecipação ou adiamento da audiência	367
14.4	Debates orais ou razões finais	367
14.5	Prolação da sentenç�a na audiência	368

15	PROVAS NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	371
15.1	Prova no processo previdenciário	371
15.2	Classificação das provas.....	372
15.3	Indeferimento de prova inútil ou protelatória	373
15.4	Apreciação racional da prova pelo juiz	374
15.5	Prova emprestada no processo previdenciário.....	374
15.5.1	Prova emprestada e a exposição do segurado a agentes insalubres	375
15.5.2	Prova emprestada nos tribunais.....	376
15.6	Distribuição do ônus probatório.....	377
15.6.1	Dinamização do ônus da prova	378
15.6.2	Convenção das partes sobre o ônus da prova	379
15.7	Fatos que carecem de prova	380
15.7.1	Fatos que não carecem de prova	381
15.7.2	Outros fatos que não carecem de prova	382
15.7.3	Problemática dos fatos negativos	383
15.7.3.1	Alcance da fórmula “ <i>Negativa non sunt probanda</i> ”	383
15.8	Regras da experiência ou máximas da experiência	384
15.9	Prova produzida por meio de carta precatória.....	385
15.10	Dever de colaborar com o Poder Judiciário	385
15.11	Dever do terceiro em relação à prova.....	385
15.12	Produção antecipada da prova.....	387
16	PROVAS EM ESPÉCIES NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	391
16.1	Problemática do depoimento pessoal	391
16.2	Exibição judicial de documento.....	392
16.2.1	Requisitos do pedido de exibição.....	393
16.2.2	Inadmissão de recusa em exhibir.....	393
16.2.3	Consequência da falta ou recusa de exibição do documento	394
16.2.4	Exibição de documento por terceiro	394
16.3	Força probante dos documentos.....	395
16.3.1	Documento público e instrumento público.....	395
16.3.2	Instrumento público da substância do ato.....	397
16.4	Autenticidade do documento.....	397
16.5	Indivisibilidade do documento.....	398
16.6	Documento com entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento	399
16.7	Arguição de falsidade do documento	399
16.8	Contraditório mitigado no incidente de falsidade.....	400
16.9	Concordância da parte em retirar o documento dos autos	401
16.10	Juntada posterior de documentos.....	401
16.11	Requisição de documentos pelo juiz	402
16.12	Documentos eletrônicos	402
16.13	Admissibilidade e indeferimento da prova testemunhal	403
16.14	Começo de prova por escrito no processo previdenciário.....	404
16.15	Incapazes para testemunhar no processo	405
16.16	Audiência de inquirição de testemunhas	406
16.16.1	Forma de intimação da testemunha.....	407
16.16.2	Método de inquirição das testemunhas.....	408

16.16.3	Qualificação da testemunha.....	409
16.16.4	Compromisso prestado pelas testemunhas.....	410
16.16.5	Ordem de inquirição das testemunhas.....	410
16.16.6	Formalização dos depoimentos das testemunhas.....	411
16.16.7	Testemunhas referidas e acareação no processo.....	412
16.17	Inspeção judicial.....	413
17	PROVA PERICIAL NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	415
17.1	Prova pericial e seu conteúdo.....	415
17.2	Indeferimento da prova pericial.....	416
17.3	Prova pericial simplificada.....	417
17.4	Perícia inconclusiva ou deficiente.....	418
17.5	Perícia por carta precatória.....	419
17.6	Procedimento pericial.....	419
17.6.1	Dispensa de termo de compromisso de perito.....	421
17.6.2	Natureza da atividade do assistente técnico.....	421
17.6.2.1	Pressupostos do assistente técnico e eficácia da perícia.....	421
17.6.3	Contraditório na realização da prova pericial.....	422
17.6.4	Substituição do perito.....	422
17.6.5	Formulação de quesitos suplementares.....	423
17.6.6	Atividade judicial na quesitação na perícia.....	423
17.6.7	Conteúdo do laudo pericial.....	424
17.6.8	Início da produção da prova pericial.....	425
17.6.9	Apresentação do laudo pericial e pareceres técnicos.....	426
17.6.10	Proposta de acordo entre as partes.....	427
17.7	Autenticidade ou falsidade de documento.....	428
17.8	Perícia sobre autenticidade de letra ou firma.....	428
17.9	Apreciação e valoração da prova pericial pelo juiz.....	428
17.10	Nova perícia ou segunda perícia.....	429
17.11	Perícia direta e perícia indireta.....	430
17.12	Dispensa da prova pericial.....	431
18	SENTENÇA.....	433
18.1	Sentença e seu conteúdo.....	433
18.2	Sentença <i>sem</i> resolução de mérito.....	434
18.3	Consequências da sentença <i>sem</i> resolução de mérito.....	438
18.4	Sentença <i>com</i> resolução de mérito.....	440
18.4.1	Reconhecimento do direito previdenciário pelo INSS.....	443
18.4.2	Problemática do reconhecimento do pedido.....	443
18.4.3	Mito da “indisponibilidade” do direito.....	444
18.4.3.1	Flexibilização da indisponibilidade do benefício previdenciário.....	446
18.4.3.2	Problemática da renúncia e desistência de direito fundamental.....	448
18.4.4	Ainda a resolução do mérito da causa.....	450
18.5	Superação de questões preliminares.....	451
18.6	Elementos essenciais da sentença.....	452
18.7	Fundamentação da sentença.....	454
18.7.1	Precedente e enunciado de súmula vinculante.....	456

18.7.2	Construção hipotética de um “precedente”	458
18.7.3	Outros exemplos de <i>ratio decidendi</i>	459
18.7.4	Ainda a fundamentação da sentença	460
18.7.5	Colisão de normas jurídicas e o princípio da ponderação	462
18.7.6	Interpretação da decisão judicial e o princípio da boa-fé	465
18.8	Acolhimento ou rejeição do pedido	465
18.8.1	Fungibilidade do objeto do processo	466
18.8.1.1	Fungibilidade do pedido e pedido em ordem subsidiária	469
18.8.1.2	Teoria do accertamento da relação jurídica previdenciária	470
18.9	Fato posterior influente no julgamento	473
18.10	Alteração da sentença e embargos de declaração	474
18.11	Cumprimento invertido de sentença	475
18.12	Eficácia da sentença trabalhista no direito previdenciário	476
18.12.1	Sentença trabalhista típica e atípica	480
18.12.2	Tutela antecipada na sentença previdenciária	482
19	TUTELA PROVISÓRIA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	485
19.1	Modalidades de tutela provisória	485
19.2	Eficácia da tutela provisória	486
19.3	Medidas adequadas na efetivação da tutela provisória	487
19.4	Efetivação da tutela provisória	488
19.5	Motivação na decisão sobre tutela provisória	489
19.6	Competência na tutela provisória	489
19.7	Pressupostos da tutela de urgência	491
19.8	Elementos conaturais do sistema de tutela jurídica	493
19.9	Perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão liminar	494
19.10	Audiência de justificação prévia	495
19.11	Prejuízo decorrente da efetivação da tutela urgente	496
20	IRREPETIBILIDADE DE VALORES ALIMENTARES	499
20.1	Irrepetibilidade de valores alimentares	499
20.2	Irrepetibilidade de valores recebidos da previdência social	499
20.3	Irrepetibilidade de benefício previdenciário no Superior Tribunal de Justiça	500
20.4	Irrepetibilidade de benefício previdenciário no Supremo Tribunal Federal	501
20.5	Revés da irrepetibilidade de benefício previdenciário no STJ	502
20.6	Sistema periférico processual socorre a “irrepetibilidade” de alimentos, vedando a compensação pelo INSS	504
20.7	Irrepetibilidade de valores alimentares na doutrina	506
20.8	<i>Distinguishing</i> na irrepetibilidade de benefício previdenciário	506
20.9	Cobrança judicial de benefício previdenciário indevidamente pago	507
20.10	Miragem jurisprudencial e sucumbência induzida	508
21	TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	509
21.1	Tutela antecipada em caráter antecedente	509
21.2	Audiência de conciliação ou mediação	511
21.3	Contestação da demanda	512
21.4	Não aditamento do pedido e extinção do processo	513

21.5	Requisito específico do pedido de tutela antecedente	514
21.6	Indeferimento da petição inicial e extinção do processo	514
21.7	Estabilização da tutela antecipada	515
21.7.1	Estabilização da tutela no processo previdenciário	516
21.8	Extinção do processo com resolução de mérito	517
21.9	Revisão, reforma ou invalidação da tutela estabilizada	518
21.10	Decadência da ação revisional, reformatória ou invalidatória	519
21.11	Conservação dos efeitos da tutela estabilizada	519
21.12	Tutela antecipada de urgência e coisa julgada	520
22	TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	521
22.1	Tutela cautelar em caráter antecedente.....	521
22.2	Fungibilidade da tutela cautelar em tutela antecipada.....	522
22.3	Defesa na demanda cautelar em caráter antecedente <i>sem liminar</i>	523
22.4	Falta de contestação no pedido cautelar antecedente	524
22.5	Contestação do pedido e procedimento comum	525
22.6	Efetivação da tutela cautelar e pedido principal	525
22.7	Pedido principal e pedido cautelar em conjunto	526
22.8	Aditamento da causa de pedir	526
22.9	Audiência de conciliação ou mediação	527
22.10	Contestação na tutela cautelar <i>com liminar</i>	527
22.11	Cessaçãõ da eficácia da tutela cautelar antecedente	528
22.12	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal.....	530
23	TUTELA DA EVIDÊNCIA NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	533
23.1	Tutela da evidência	533
23.1.1	Abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte	533
23.1.2	Alegações comprovadas apenas documentalmente e tese julgada em casos repetitivos ou objeto de súmula vinculante	534
23.1.3	Pedido reipersecutório e contrato de depósito	535
23.1.4	Prova documental suficiente dos fatos constitutivos	535
23.2	Concessão da tutela liminar	535
23.3	Problemática da estabilização na tutela da evidência	536
	REFERÊNCIAS.....	539
	ÍNDICE REMISSIVO.....	545